

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS – SESA
FACULDADE AMADEUS – FAMA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**ANA PAULA SILVA FREIRE DE ALMEIDA
JACQUELINE FERREIRA SANTOS PEREIRA
TAÍS APARECIDA GOMES DA SILVA**

**O PROCESSO METODOLÓGICO DO ENSINO FUNDAMENTAL MENOR E O
APRENDIZADO DA CRIANÇA PORTADORA DO TRANSTORNO DO ESPECTO
AUTISTA (TEA)**

**Aracaju – SE
2013**

**ANA PAULA SILVA FREIRE DE ALMEIDA
JACQUELINE FERREIRA SANTOS PEREIRA
TAÍS APARECIDA GOMES DA SILVA**

**O PROCESSO METODOLÓGICO DO ENSINO FUNDAMENTAL MENOR E O
APRENDIZADO DA CRIANÇA PORTADORA DO TRANSTORNO DO ESPECTO
AUTISTA (TEA)**

**Projeto de Pesquisa apresentado à
disciplina TCC II do curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia da Faculdade Amadeus
como Pré-requisito para obtenção do título
de certificado em Pedagogia.**

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Lidianne Freitas.

**Aracaju – SE
2013**

“Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”.

(Mantovan, 2003)

O PROCESSO METODOLÓGICO DO ENSINO FUNDAMENTAL MENOR E O APRENDIZADO DA CRIANÇA PORTADORA DO TRANSTORNO DO ESPECTO AUTISTA (TEA)

RESUMO

Em contextos democráticos a educação representa um direito de toda a população, incluídas, nesse contingente geral, as pessoas com deficiência. Apesar de garantida pela legislação a inclusão da pessoa com deficiência, e do autista em particular, ainda é pouco estudada. Neste sentido, esse estudo intenta analisar o processo de aquisição de conhecimentos da criança portadora do *Transtorno do Espectro Autista* (TEA) através de uma metodologia inclusiva do Ensino Regular. Para tanto, seguir-se-á o seguinte roteiro investigativo: 1) Análise das habilidades e competências do professor quanto à aprendizagem da criança Autista; 2) Avaliação das técnicas pedagógicas utilizadas pelo professor no processo de inclusão do aluno no Ensino Fundamental Menor e 3) Identificação dos fatores que dificultam no processo de inclusão do aluno com TEA.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Ensino Fundamental Menor. Autismo.

ABSTRACT

In democratic contexts education is a right of all people, including, in general quota, people with disabilities. Although guaranteed by law the inclusion of people with disabilities, and autism in particular, is still poorly studied. In this sense, this study tries to analyze the process of acquiring knowledge of the child with *Autism Spectrum Disorder* (ASD) through an inclusive methodology of Regular Education. To do so, will follow him next script: 1) Review the skills and competencies of the teacher and the learning of autistic children, 2) Evaluation of the pedagogical techniques used by the teacher in the process of inclusion of students in Elementary Education Minor and 3) identification of the factors that hinder the process of inclusion of students with ASD.

Keywords: Inclusive Education. Elementary Education Minor. Autism.

A447p Almeida, Ana Paula Silva Freire de

O processo metodológico do ensino fundamental menor e o
Aprendizado da criança portadora do transtorno do aspecto autista
(TEA) / Ana Paula Silva Freire de Almeida, Jacqueline ferreira
Santos Pereira, Taís Aparecida Gomes da Silva.- Aracaju, 2013
31f.

Orientador: Prof^a. Dra Lidiane Brito Freitas

TCC (Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia) –

1 INTRODUÇÃO

Em sociedades democráticas, a educação representa um direito de toda a população, incluindo, assim, as pessoas com deficiência. Isto significa dizer que o sistema escolar deve receber toda e qualquer clientela, independentemente de características físicas, cognitivas, comportamentais e psicossociais que as diferenciam da maioria da população.

O Autismo é comumente definido como um Transtorno Global do desenvolvimento (também chamado de Transtorno do Espectro Autista), caracterizado por alterações significativas na comunicação, na interação social e no comportamento da criança. A Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva discorre em sua introdução que esta é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Todavia, apesar disso a inclusão do autista ainda é pouco estudada e muitas vezes polêmica. É nesse sentido que o tema desse estudo tem como foco principal o processo metodológico do Ensino Fundamental Menor e a aprendizagem da criança portadora do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Intenta-se verificar as possibilidades da inclusão de crianças autistas, em uma escola regular e entender seus interesses e necessidades, para que ocorram avanços em sua comunicação, interação social e desenvolvimento cognitivo nos atendimentos, junto com alunos ditos “normais”, é determinante a contribuição para “inclusão escolar” desses alunos, que ainda sofrem discriminação tanto na comunidade escolar, quanto em toda a sociedade.

O processo de inclusão tem início na primeira instituição da qual o indivíduo faz parte, que é a família, esta é a principal fonte de referência de valores morais e sociais complementada pela escola. Essa relação forma o indivíduo, concretiza sua subjetividade e relações afetivas, podendo potencializar o ser humano, possibilitando a promoção da sua autonomia e participação social. A partir disso, questiona-se: Como se deve trabalhar com essas crianças? Como incluí-las junto aos demais alunos em escolas regulares? Quais as práticas inclusivas que podem favorecer a permanência e aprendizagem da criança autista, em seus diferentes graus de comprometimento nas escolas regulares?

Para responder a tais questionamentos, traçou-se o seguinte problema: até que ponto o ensino regular, e suas variantes metodologias, ajuda ou atrapalha a aprendizagem da criança com Transtorno do Espectro Autista?

É importante enfatizar que há uma forte necessidade de estudos mais aprofundados nesta área e de aprimoramento por parte dos profissionais em se tratar de necessidades especiais como o Autista, de forma a se preocupar com a possível inclusão das crianças na escola e na sociedade.

Diante deste quadro é necessário um planejamento e estrutura adequada para a adaptação e inclusão de crianças autistas para lhes proporcionar um espaço na sociedade onde possam exercer seus direitos como cidadãos, além do fornecimento de cursos de capacitação para que os professores se sintam seguros e capazes de exercerem seu papel como educador diante da inclusão de crianças com necessidades especiais.

Essa pesquisa teve como objetivo geral investigar o processo de aquisição de conhecimentos da criança portadora do Transtorno do Espectro Autista (TEA), através de uma metodologia inclusiva do Ensino Regular. Os objetivos específicos foram: analisar as habilidades e competências do professor quanto à aprendizagem da criança Autista, avaliar os equipamentos pedagógicos utilizados pelo professor no processo de inclusão do aluno no Ensino Fundamental Menor e identificar as causas que dificultam o processo de inclusão do aluno com TEA.

Considerando os objetivos da pesquisa, esse estudo será caracterizado contemplando a análise exploratória e descritiva dos dados coletados, recaindo sobre a forma de abordagem qualitativa, onde os mesmos serão analisados através, uma vez que do método indutivo, utilizando referenciais bibliográficos sobre o tópico em questão, uma vez que o mesmo está revestido de subjetividade.

Com relação ao procedimento para coleta de dados, o delineamento escolhido foi o levantamento bibliográfico, sendo utilizada como ferramenta complementar a técnica de fichamento, sendo utilizada a pesquisa documental, uma vez que recaiu com fontes secundárias.

A análise crítica foi feita após a coleta dos dados, objetivando ordenar e organizar as informações, verificando o conteúdo do material. Tomando por base os resultados alcançados, serão realizadas deduções lógicas pertinentes ao tema, levando em consideração o referencial teórico aqui abordado. Esta pesquisa consistiu em um relato de experiência, diante da vivência escolar de uma criança autista e seu processo de aprendizado perante a uma metodologia de ensino.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL

A história da educação especial no mundo teve início no século XVI, onde médicos e pedagogos desafiaram os conceitos vigentes na época, acreditando nas possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis. Entretanto, apesar de algumas escassas experiências inovadoras na época, o custo para tais pesquisas tornaram os estudos inacessíveis, e a institucionalização em asilos e manicômios foi a principal resposta social para tratamento dos considerados desviantes.

Foi uma fase de segregação, justificada pela crença de que a pessoa diferente seria mais bem cuidada e protegida se confinada em ambiente separado, também para proteger a sociedade dos ditos anormais.

Em paralelo a esta situação de segregação, a escolaridade obrigatória em instituições e a incapacidade da escola de responder pela aprendizagem de todos os alunos, deram origem, já no século XIX, às classes especiais nas escolas regulares, para onde os alunos com dificuldades de aprendizagem passaram a ser encaminhados. Desta forma, o acesso à educação para portadores de deficiências vai sendo muito lentamente conquistado, na medida em que se ampliaram as oportunidades educacionais para a população em geral. Entretanto, tanto as classes quanto as escolas especiais somente iriam evoluir para modalidade alternativa duas guerras mundiais.

Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação¹

Na metade do século XX, aparece uma resposta mais ampla da sociedade para os problemas da educação das crianças e jovens com deficiências, em decorrência também da montagem da indústria da reabilitação para tratar dos mutilados da guerra. Até a década de 70, as provisões educacionais eram voltadas para crianças e jovens que sempre haviam sido impedidos de acessar a escola comum, ou para aqueles que até conseguiam ingressar, mas que passaram a ser encaminhados para classes especiais por não avançarem no processo educacional.

No Brasil, iniciativas isoladas e precursoras de educação de indivíduos com necessidades educacionais especiais podem ser constatadas já no século XIX e, acompanhando

¹Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>Art. VII - Declaração Universal de Direitos Humanos. Acessado em: 14/06/2013.

a tendência da época em instituições residenciais e hospitalares, portanto, fora do sistema de educação geral que aos poucos se iria constituindo no país. Durante a década de 50, a escassez de serviços e o descaso do poder público deram origem a movimentos comunitários que culminaram com a implantação de redes de escolas especiais privadas filantrópicas para aqueles que sempre estiveram excluídos das escolas comuns (Jannuzzi, 2004).

Foi apenas na década de 70 que surgiu uma resposta mais contundente do poder público a essa questão. Possivelmente esse avanço foi decorrência da ampliação do acesso à escola para a população em geral, da produção do fracasso escolar e da conseqüente implantação das classes especiais nas escolas básicas públicas, na época predominantemente sob a responsabilidade dos sistemas estaduais (Ferreira, 1994).

Portanto, o início da institucionalização da educação especial no Brasil começa a atuar sob o princípio de integração escolar até surgir o discurso em defesa a educação inclusiva em meados de 1990, onde as instituições regulares de ensino terão seu atendimento educacional em salas em condições específicas, para que os alunos desenvolvem suas habilidades, levando em conta as especificidades de cada caso.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para a Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20/12/1996, trata, especificamente, no Capítulo V, a Educação Especial. Definida como modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais, mas para haver a inclusão é necessário que não haja segregação entre ensino regular e especial. Esta reorganização, na qual a educação especial passa a integrar a ação pedagógica do ensino regular, chama-se Educação Inclusiva.

Estas ações devem efetivar a participação social e ampliar as oportunidades profissionais e de escolarização. A prática pedagógica, nestes casos, depende muito da qualificação dos profissionais que atuarão na Educação Inclusiva. Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade.

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.(DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Visto a necessidade da adequação societária, da legislação, e da reformulação da Política de Educação como um todo para atender a essa nova demanda, já que o ensino regular e a educação especial, um dissociado do outro, não mais supriam de forma qualificada e unificada, as questões colocadas pela dimensão de diversidade que trazem as deficiências e transtornos, o processo de exclusão agora, submerge no campo da inclusão.

A educação é um campo de diversidades, então não pode ser prestada de forma mecanizada, não há fórmulas, nem, por exemplo, uma forma padronizada de exercer o papel do professor. Assim as práticas são mutáveis e deve estar adequada à realidade vivida dentro do local, o qual está sendo executada.

A inclusão possibilita que equipes de vários profissionais atuem no mesmo propósito instigando a interdisciplinaridade, e traz novos conceitos para dentro do âmbito escolar, além de estarem modificando a cultura societária, que hoje une a escola, a família e a sociedade, como parceiras e agentes socializadores que não devem e podem estar segregados um do outro.

É indispensável ressaltar as implicações que uma inclusão feita por intermédio apenas da lei, onde a escola se vê obrigada a matricular crianças com necessidades especiais, e não está preparada para dar auxílio necessário para que a criança seja estimulada adequadamente.

O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.²

Os autistas como não têm uma característica que seja notada fisicamente, ou que os impossibilitem de exercer alguma atividade física, não são percebidos a primeira vista, mesmo que se tenha um contato direto, o que torna a sua inclusão mais difícil. O senso comum coloca que o deficiente é aquele que não pode exercer a maior parte das atividades

²Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm> **Art. 7º** - Lei dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Acessado em: 16/05/2013.

tidas como normais, e é por isso que a infantilização é tão latente dentro da nossa sociedade. O fato de existirem poucos estudos sobre a inclusão da criança autista na rede comum de ensino demonstra a falsa realidade, isto é, de que existem poucas crianças incluídas, se comparadas àquelas com outras deficiências.

O TEA acomete mais meninos que meninas, as manifestações variam dependendo do nível de desenvolvimento e idade cronológica. Em sua complexidade, diante das limitações de comunicação, comportamento e interação, o desafio é ainda maior, pois algumas das características dos autistas é que são arredias e isoladas, que murmuram muito, evitam a troca de olhar com outras pessoas e não interagem com o meio em que estão inseridas. Outra característica é a ecolalia: repetição de palavras ou frases escutadas durante alguma ocasião. Em alguns casos, geralmente nos graus de comprometimento mais severos, os autistas têm hipersinesia, ou seja, hiperatividade.

O padrão de comportamento autístico torna a tendência que impõe rigidez e rotina a uma série de aspectos do funcionamento diário, tanto em atividades novas como em hábitos familiares e brincadeiras. Há alguns sintomas cardeais que, percebidos precocemente na criança, ajudam e reconhecimento do transtorno. (CUNHA, 2012, p. 28)

Além de todas essas características de uma criança autista, é importante frisar que esse distúrbio vai do grau leve ao severo. A Associação de Amigos dos Autistas (AMA) alerta que há graus diferenciados de autismo e que há, em instituições especializadas, intervenções adequadas a cada tipo ou grau de comprometimento. (MELLO, 2007).

A psicomotricidade pode ser vivenciada como prática pedagógica para crianças autistas, os jogos trabalham o lúdico; o psicológico; o físico; o motor, considerado como uma ação livre que possibilita o ser humano expressar a sua imaginação, que promove a relação corporal. Segundo Cornelsen (2007), a criança descobre o mundo através do corpo e quanto maior for a sua vivência corporal, melhor será a sua visão de mundo.

A prática escolar é uma grande oportunidade para profissionais e familiares construírem um repertório de ações inclusivas para o autista. Não se trata meramente de estipular tarefas isoladas e pedir para serem cumpridas com rigor e método, mas trata-se de uma concepção de aprendizagem que inclui desafios e superação, sempre com intuito de propiciar a autonomia. (CUNHA, 2012, p. 57).

4 O QUE É DEFICIÊNCIA?

Como sabemos existem vários tipos de deficiências no mundo, por isso, faz-se necessária uma definição sobre este termo no início deste trabalho, pois o mesmo irá tratar de uma deficiência específica durante o seu desenvolvimento.

Segundo a Convenção de Guatemala (2001), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001: O termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

Então, compreende-se que: se uma pessoa com deficiência tem limitações para desenvolver suas atividades básicas, necessita de uma atenção maior e que as atividades que serão desenvolvidas por/para ela devem ser adaptadas às suas limitações.

A Política Nacional de Educação Especial define deficiência como sendo permanente ou temporária. Independente do grau de deficiência, seja ela física, sensorial, cognitiva, múltipla, condutas típicas ou altas habilidades, necessita de recursos especializados para desenvolver mais plenamente o seu potencial e/ou superar ou minimizar suas dificuldades. (BRASIL, 1994).

É preciso também ressaltar a importância de que a estrutura escolar deve passar por mudanças para melhor atender e auxiliar nas atividades que estão sendo desenvolvidas por estes deficientes. Entende-se então que para que haja a inclusão, o acolhimento que será prestado ao deficiente deve ser analisado desde as limitações que este apresenta e principalmente, em tudo que o âmbito educacional pode lhe oferecer de melhor.

Conclui-se, então, a partir destas definições sobre deficiência, que toda aquela pessoa que possua limitações permanentes ou não, sendo estas sensoriais, físicas e/ou intelectuais merece atenção especial para que assim se desenvolva e obtenham progressos que minimizem suas dificuldades. Como mencionado anteriormente, voltemos o enfoque para o Transtorno do Espectro Autista, deficiência a ser abordada e discutida durante esse trabalho, pois acreditamos que assim como as outras deficiências, merece uma atenção redobrada durante as atividades que estão sendo aplicadas e desenvolvidas a cada caso. Abaixo veremos algumas definições que ao longo desse estudo foram apresentadas para o esclarecimento sobre o que realmente é o TEA.

5 DIFERENTES OLHARES SOBRE O AUTISMO

5.1 Definição

Antigamente pouco se conhecia ou se ouvia falar sobre o autismo. A pessoa que possuía esta deficiência era chamada de deficiente mental - hoje chamado de deficiente intelectual. Hoje em dia um pouco mais conhecido, o TEA ainda continua sendo confundido com a deficiência intelectual.

O autismo foi descrito pela primeira vez, em 1943 pelo Dr. Leo Kanner (médico austríaco, residente em Baltimore nos EUA), em seu histórico artigo escrito originalmente em inglês: Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo. Ele foi o primeiro estudioso que descreveu esta deficiência com o seguinte conceito:

[...] um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação. (MELLO, 2007 p. 16).

Em 1944, Hans Asperger, um médico também austríaco e formado na Universidade de Viena - a mesma em que estudou Leo Kanner -, escreve outro artigo com o título Psicopatologia Autística da Infância, descrevendo crianças bastante semelhantes às descritas por Kanner. Ao contrário do artigo de Kanner, o de Asperger levou muitos anos para ser amplamente lido. A razão mais comumente apontada para o desconhecimento do artigo de Asperger é o fato dele ter sido escrito originalmente em alemão.

Hoje em dia, atribui-se tanto a Kanner como a Asperger a identificação do autismo, sendo que por vezes encontramos os estudos de um e de outro associados a distúrbios ligeiramente diferentes.

Para Gauderer (1993), o autismo é definido em três áreas: a da *National Society for Autistic Children* (Sociedade Nacional para Crianças Autistas), a da Organização Mundial da Saúde contida no CID-9 (9ª Classificação Internacional de Doenças de 1984) e a da Associação Americana de Psiquiatria apresentada no DSM-III (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* de 1980).

Este mesmo autor define o autismo para a *National Society for Autistic Children* (Sociedade Nacional para Crianças Autistas) como:

Uma inadequação no desenvolvimento que se manifesta de maneira grave durante toda a vida. É incapacitante e aparece tipicamente nos três primeiros anos de vida. Acomete cerca de cinco entre cada dez mil nascidos e é quatro vezes mais comum entre meninos que meninas. É encontrada em todo mundo e em família de qualquer configuração racial, étnica e social.[...].Os sintomas [...] incluem:

1. Distúrbio no ritmo de aparecimento de habilidades físicas, sociais e linguísticas;
2. Reações anormais às sensações. As funções ou áreas mais afetadas são: visão, audição, tato, dor, equilíbrio, olfato, gustação e maneira de manter o corpo;
3. Fala e linguagem ausentes ou atrasadas. Certas áreas específicas do pensar presentes ou não. Ritmo imaturo da fala, restrita compreensão de ideias. Uso de palavras sem associação com o significado.
4. Relacionamento anormal com objetos, eventos e pessoas. Respostas não apropriada a adultos ou crianças. Objetos e brinquedos não usados de maneira devida. [...] A pessoa portadora de autismo tem uma expectativa de vida normal. Uma reavaliação periódica é necessária para que possam ocorrer ajustes necessários quanto às suas necessidades, pois os sintomas mudam e alguns podem até desaparecer com a idade (GAUDERER, 1993, pág. 3, 4).

De acordo com Gauderer (1993), nos anos seguintes, o autismo adquiriu novas denominações de acordo com a área de interesse dos autores como: Esquizofrenia Infantil, usada por Bender em 1947, pois para ela o autismo era a forma mais precoce de esquizofrenia; desenvolvimento atípico do Ego, usado por Rank em 1949 baseando-se na sua visão psicanalítica; Psicose Simbiótica, empregada por Mahler em 1952, pois associava a causa do autismo ao relacionamento mãe e filho; Pseudo-Retardo ou Pseudo-Deficiente, novamente por Bender em 1956 na tentativa de diferenciar retardo mental e autismo; Psicose Infantil, Psicose da Criança ou Psicose de Início Precoce, usada por Rutter em 1963 para designar sinônimos de autismo quando as características são percebidas antes dos 36 meses de vida.

Ainda em busca de mais definições sobre o autismo, a cartilha “Direitos as Pessoas Autistas explica: é um Transtorno Global do Desenvolvimento (também chamado de Transtorno do Espectro Autista), caracterizado por alterações significativas na comunicação, na interação social e no comportamento da criança”. Assim, compreendemos as maiores dificuldades que precisam ser trabalhadas e estimuladas durante a inclusão de autistas tanto em escolas regulares, quanto em qualquer âmbito que esta pessoa esteja (família, terapias, etc.).

Segundo Gadelha (2013), estudos recentes trazem uma mudança de nomenclatura, onde o Autismo não está mais na categoria de Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID), e sim numa nova categoria: Transtorno do Espectro Autista (TEA). Com isso, eliminam-se as categorias de Autismo, síndrome de Asperger, Transtorno Desintegrativo e

Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação e todos passam a ser Transtorno de Espectro Autista, que é dividida nos níveis leve, moderado e severo.

Essas mudanças irão principalmente refletir no número de pessoas diagnosticadas com autismo no Brasil e no mundo, que pela estimativa da ONU, já são cerca de 70 milhões, e muitas nem foram diagnosticadas ainda. Talvez, os critérios no DSM V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, quinta edição) tenham mudado por motivos que vão muito além dos conhecimentos que temos hoje em dia, talvez seja justamente para diminuir o número de pessoas com autismo, talvez não.

5.2 Causas

Até hoje as causas do autismo são desconhecidas. Existem estudos que buscam respostas para esta incógnita, alguns afirmam que é causada por deficiência dos cromossomos, deficiência genética, metabólica. Outros estudos avaliam que o autismo é desenvolvido durante/após a gestação por decorrência de doenças transmitidas ou adquiridas (o que já foi comprovado por estudos que isso não ocorre).

A hipótese de uma origem relacionada à frieza ou rejeição materna já foi descartada, relegada à categoria de mito há décadas. Porém, a despeito de todos os indícios e da retratação pública dos primeiros defensores desta teoria, persistem adeptos desta corrente que ainda a defendem ou defendem teorias aparentemente diferentes, mas derivadas desta.

Já que as causas não são totalmente conhecidas, o que pode ser recomendado em termos de prevenção do autismo são os cuidados gerais a todas as gestantes, especialmente cuidados com ingestão de produtos químicos, tais como remédios, álcool ou fumo.

É possível que simplesmente sempre existiram várias crianças autistas e não eram diagnosticadas; agora com o maior número de profissionais lidando com a saúde infantil e com melhores informações à respeito, propiciou-se maior possibilidade de diagnósticos (ASSENCIO-FERREIRA 2005, p. 102).

5.3 Sinais e Sintomas do Autismo

De acordo com estudos recentes o TEA seria 4 vezes mais frequente em pessoas do sexo masculino numa razão de 4:1. O TEA pode manifestar-se desde os primeiros dias de vida, mas é comum pais relatarem que a criança passou por um período de normalidade

anteriormente à manifestação dos sintomas. Os sinais e sintomas do autismo são demonstrados antes e/ou até os 03 anos de idade.

6 A VIVÊNCIA DA CRIANÇA AUTISTA NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR

É importante para todo ser humano ter um planejamento em sua vida, em seu dia a dia, criando assim uma rotina. A rotina é fundamental no cotidiano social e escolar, e com o aluno autista não é diferente. É necessário para eles manter uma rotina estabelecida para que possam realizar suas atividades com autonomia e independência. A quebra dessa rotina implica em reações inesperadas como, por exemplo: rejeição à atividade que se pretende realizar, mau humor, choro, entre outras.

“J.V.G.L.” de 9 anos, diagnosticado aos 3 anos e meio com autismo de grau leve, também mantinha sua rotina diária. Ao acordar ia para o computador, se balançava na rede e jogava seu vídeo game, tomando seu chocolate de café da manhã. E se mantinha nesse ciclo até o horário do almoço, depois tomava seu banho, se arrumava para ir a escola onde estudava e ao retornar, voltada para o ciclo que mantinha pela manhã.

Para reforçar o estudo realizado neste artigo, retomamos o processo de desenvolvimento de J.V.G.L dentro de uma instituição da rede estadual de ensino, onde o mesmo estudou por dois anos (2011 e 2012). A instituição oferecia sessões com a psicopedagoga na sala de recursos; esta, por sua vez, estimulava a parte cognitiva e emocional da criança para tomar como base o comportamento e dificuldade que a criança encontrava para se relacionar com os colegas. A orientação pedagógica para o ensino especial concebe a sala de recursos como um serviço de natureza obrigatória e a define como um serviço educacional diversificado oferecido pela escola comum para responder às necessidades educacionais especiais do educando, que poderão ocorrer nas classes comuns e em salas de recursos.

[...] um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns.³

³Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb006_07.pdf>

Ao final do ano de 2012, na escola da rede estadual, onde (J.V.G.L.) cursava o 2º ano do Ensino Fundamental, ele apresentou grandes avanços, principalmente na socialização e interação com o meio em que estava inserido, pois tinha muita dificuldade em se manter na Instituição e com isso chorava muito.

Em 2013, (J.V.G.L.) realizou uma prova de nivelamento, com o intuito de avaliar o grau de seu desenvolvimento cognitivo, para ingressar em uma instituição particular. A mesma observou que ele não estava apto a cursar o 3º ano do Ensino Fundamental, que seria sua série seguinte, voltando para o 1º ano, alfabetização, onde a instituição determinou ser a série adequada para seu processo de aprendizado.

A escola tem como base metodológica o interacionismo, onde segundo Vygotsky (2007), é a interação entre o indivíduo e a cultura, onde é fundamental que o indivíduo se insira em determinado meio cultural para que aconteçam mudanças no seu desenvolvimento, ou seja, a criança aprende através da experiência com o meio e interagindo com o próximo de uma determinada sociedade, cultura. A instituição não possui sala de recursos, nem apoio psicopedagógico, deixando toda responsabilidade com o professor, que, por sua vez, não recebe capacitação para trabalhar adequadamente com crianças portadoras de algum tipo de deficiência.

Em seu cotidiano J.V.G.L também pode contar com o auxílio da família, que por sua vez, sempre o incluiu em tudo que iam fazer como passeios, viagens, aniversários. E o mais importante sempre o estimulando na comunicação, atenção e intervenção social. A criança com deficiência ou Necessidades Educacionais Especiais – NEE deve ser constantemente estimulada a desenvolver atividades “comuns”, atividades do dia a dia. Dessa forma, ao ser incluída em uma escola regular, já estará habituada e não será um “choque” a mudança inicial de sua rotina.

Segundo o Plano Nacional de Educação – PNE (1994), sobre crianças com Necessidades Educacionais Especiais NEE:

Entende-se por criança com necessidade educacional especial aquela que apresenta claro distúrbio no desenvolvimento, originado durante a gestação, no nascimento, ou nos primeiros anos de vida. São exemplos disso: as deficiências sensoriais; a deficiência motora e mental; as deficiências sociais (BRASIL, 1994).

E por que as crianças com NEE precisam ser assistidas por escolas regulares inclusivas?

O conceito de portador de necessidades educacionais especiais abrange uma diversidade de sujeitos. Ao ganhar na amplitude e na quebra da estigmatização, perde na precisão. Tanto é assim que, ao lado do termo em questão, é preciso acrescentar a espécie de sujeito sobre o qual estamos nos referindo (BUENO, 1997, p. 40).

Ao examinar, observar e consultar os documentos do aluno, objeto de estudo para esta pesquisa, fica claro que quando o processo de inclusão é realizado não só na escola, mas junto e com o apoio da família, torna-se muito mais fácil e eficaz e o resultado é positivo para ambas as partes envolvidas, principalmente, a criança.

Constata-se a possibilidade de uma inclusão escolar eficaz para alunos autistas respeitando, lógico, seus limites e estimulando-os em suas maiores dificuldades para que desenvolvam juntos aos demais colegas de classe. Outro ponto importante da inclusão é a forma com que os outros alunos passam a compreender e auxiliar no desenvolvimento, contando que a interação seja, um aperto de mão, um convite para participar de uma brincadeira, também é válido para que ocorra essa inclusão, essa interação com os demais colegas faz com que as limitações e diferenças existentes entre eles sejam minimizadas e torne-o um aluno como outro qualquer, com seus direitos e deveres.

A partir das respostas da mãe de J.V.G.L. durante a entrevista, nota-se o quão é importante a existência de escolas regulares inclusivas para que crianças com NEE evoluam em três aspectos essenciais (principalmente nos autistas): interação social, comunicação e desenvolvimento cognitivo. Segundo a mãe, J.V.G.L., antes de entrar à escola sempre foi uma criança tranquila, que começou a andar no tempo normal como qualquer outra criança. Em casa, costumava andar de um lado para o outro, balançar as mãos, e se alguma coisa o deixasse agoniado, não só balançava as mãos, mas também pulava. A fala era a única coisa que conseguia observar de diferente, pois ele falava repetindo o que os outros falavam, a chamada ecolalia que é a repetição de palavras ou frases inteiras dita por outras pessoas. Para ela, a mãe, isso não passava de coisa de criança. Após a entrada de seu filho na escola, teve a chance de descobrir o porquê dessas “manias”.

Ao relatar sobre como sua filha chegou à escola, a mãe conta que não foi tão fácil a adaptação. J.V.G.L. chorou durante alguns dias por não conhecer o novo local em que estava sendo inserido e nem as pessoas que a cercavam. Foi nessa escola regular inclusiva, que a coordenação junto aos professores da sala de aula percebeu que havia algo de diferente no comportamento da aluna. E ao ser chamada pela coordenadora, foi questionada se havia percebido algo no comportamento do filho e se o mesmo se comportava de tal forma em casa,

do jeito que estava acontecendo na escola. Também foi aconselhada a procurar um especialista (psicólogo), para tirar todas as dúvidas e constatar o que realmente estava acontecendo. E como dito anteriormente, J.V.G.L. foi diagnosticada com “Espectro Autista Leve”.

Atualmente, ela se emociona e se enche de orgulho e alegria ao falar como se deu todo o processo de desenvolvimento desde a descoberta do Autismo, pois J.V.G.L. que sempre viveu em seu “mundo”, interagindo consigo mesmo ou com as pessoas muito próximas a ele, compreendeu a importância da comunicação com o próximo, ou seja, a interação social.

J.V.G.L, a partir da inclusão, passou a concentrar-se mais nas aulas e a perceber o valor dos colegas de classe, sejam nas brincadeiras, atividades em grupo e outros. Para a mãe de J.V.G.L.o avanço no desenvolvimento cognitivo também foi um dos pontos mais importantes para a vida da criança. Mesmo ele estando com um ano de atraso em relação a sua idade, conseguiu acompanhar a turma que estava inclusa.

Já na entrevista com a professora, ao ser questionada se já havia trabalhado com outra (s) criança (s) portadora de alguma deficiência, ela disse que já, mas com autismo, era a primeira vez. Ao saber o diagnóstico do aluno, buscou livros, sites, que pudessem auxiliá-la no trabalho de inclusão da criança. Embora não encontrou apoio pedagógico da Instituição, ela se manteve persistente e empenhada no processo estudantil do aluno.

Apesar do empenho da professora, observamos que a Instituição em questão não se apoiava em nenhum método específico para trabalhar de maneira diferenciada com J.V.G.L., sendo assim o processo de aprendizado foi diversas vezes prejudicado pela falta de estrutura da escola. Haviam dias em que o aluno estava irritado e não queria participar da aula, a coordenação somente o tirava da sala, ambiente pelo qual estava irritando o aluno, e o colocava em outra sala sem nenhum tipo de acompanhamento.

A metodologia de ensino, que é o nosso foco de estudo, em alguns momentos deixou a desejar, pois em alguns momentos era muito perceptível que o aluno não assimilava o conteúdo e que infelizmente não se via uma contrapartida para que o aluno aprendesse de outra forma. É importante ressaltar que o aluno em sala de aula era bastante participativo, sempre ligava os assuntos discutidos com desenhos que costuma assistir. Isso sem dúvida é um ponto positivo em seu desenvolvimento, segundo a professora J.V.G.L. conseguia relacionar todo o conteúdo a situações cotidianas, diferente dos outros alunos que nem sempre compreendiam o que ele estava dizendo e achavam que o que ele estava dizendo não tinha fundamento.

A professora de J.V.G.L. nesta instituição particular faz uma ressalva após o primeiro semestre, onde ela relata que o aluno teve grandes avanços no que se refere a socialização, participando de Feira de Ciências, Jogos Internos, e duas únicas apresentações comemorativas: o Dia das Mães e o Dia dos Pais. Aprofunda ainda, dizendo que o aluno não gosta de músicas em sala e que fica completamente irritado e agressivo se forçado a ficar no ambiente em que a música está tocando, porém nas duas últimas datas comemorativas citadas ele se dispôs completamente a ensaiar e apresentar diante a escola inteira sua homenagem a seus pais. Acredita ser algo que ele vê significado e por isso se empenhou para fazê-lo.

Desta forma, podemos observar que a metodologia de ensino, dita interacionista, pois trabalha a relação social dos alunos, mas que por sua vez não nos parece eficaz para o aprendizado do aluno diante os conteúdos estudados, fez com que, talvez, o processo de aprendizado de J.V.G.L. não viesse a transbordar de fato, pois não era aplicado de maneira diferenciada para este caso, onde o aluno necessita ser estimulado de diferentes formas, principalmente relacionando sempre a seu cotidiando fazendo que sua aprendizagem seja significativa.

7 INTERVENÇÕES, MÉTODOS E TRATAMENTOS PARA CRIANÇAS AUTISTAS

Quando falamos em métodos que se auxiliam nas limitações do autista, surgem várias formas para se trabalhar com eles. Existem algumas que são mais conhecidas como: **TEACCH** – Tratamento e Educação para Crianças Autistas e com Distúrbios Correlação da Comunicação; **ABA** – Análise do Comportamento Aplicada; **PECS** – Sistema de Comunicação Através da Troca de Figuras, e, **AVD's**, que é um programa de TO – Terapia Ocupacional.

O **TEACCH** foi pensado e desenvolvido pelo Dr. Eric Schoppler nos anos 60, nos Estados Unidos. Desenvolve a construção da rotina (em quadros, painéis ou agendas) e tem como objetivo estimular e criar uma autonomia e independência na criança autista.

O **ABA**[...] o tratamento comportamental analítico do autismo visa ensinar à criança habilidades por etapas. (MELLO, 2007, p. 37). Esse método é aplicado em duas etapas: na primeira a criança tem que se sentir a vontade com o que lhe está sendo ofertado; já na segunda, ela passa a conhecer e identificar os estímulos diferentes. Ou seja, ela passa a aprender novas habilidades.

Ambos o **TEACCH** e o **ABA**, têm críticas negativas iguais. Pois acreditasse que eles transformam as crianças em “robôs”. Por exemplo: mecanizam as crianças de forma que elas desenvolvam sua rotina de forma repetitiva.

O **PECS** é voltado para o desenvolvimento não só de crianças autistas, mas de adultos, e também, pode ser utilizado com pessoas que tenham outro tipo de deficiência no desenvolvimento.

Um dos seus principais objetivos é desenvolver a fala na pessoa que não possua, e/ou estimular os que possuem, mas só utilizam (a fala) com palavras soltas. O seu outro objetivo é [...] ajudar a criança a perceber que através da comunicação ela pode conseguir muito mais rapidamente as coisas que deseja (MELLO, 2007, p. 39). Ou seja, comunicando-se com as pessoas ao redor utilizando a fala.

O **AVD**’s é um programa de Terapia Ocupacional que se constitui por meio de três passos: a rotina, a conservação e a estruturação. Ou seja, a partir dessa estrutura, faz-se uma programação em ritmo constante, de tal forma que contenham atividades escolares – de acordo com o desenvolvimento da criança –, de comportamento, estímulos individualizados – desenvolvimento de habilidades – e educação física.

As intervenções e tratamentos se consolidam basicamente no meio da criança portadora do Espectro Autista, pois não existe um único programa que se molde a todas as pessoas. Após as observações realizadas com cada criança, deve-se buscar desenvolver os seguintes aspectos: a autonomia e a independência.

[...] a comunicação não verbal; os aspectos sociais como imitação, aprender a esperar a vez e jogos em equipe; a flexibilidade das tendências repetitivas; as habilidades cognitivas e acadêmicas. (MELLO, 2007, p. 28, 29)

Ao mesmo tempo é importante:

[...] trabalhar na redução dos problemas de comportamento; utilizar tratamento farmacológico se necessário; que a família receba orientação e informação; que os professores recebam assessoria e apoio necessários. (MELLO, 2007, p. 29)

A partir da leitura de Mello (2007), ela pontua algumas orientações para que professores, educadores e cuidadores desenvolvam um melhor acompanhamento para verificar se o aluno está realmente desenvolvendo suas limitações e conseguindo acompanhar o ritmo da turma.

É aconselhável, também que este aluno:

1. sente o mais próximo possível do professor; 2. seja requisitado como ajudante do professor algumas vezes; 3. use agendas e calendários, listas de tarefas e listas de verificação; 4. seja ajudado para poder trabalhar e concentrar-se por períodos cada vez mais longos; 5. seja estimulado a trabalhar em grupo e aprender a esperar a vez; 6. aprenda a pedir ajuda; 7. tenha apoio durante o recreio onde, por exemplo, poderá dedicar-se a seus assuntos de interesse, pois caso contrário poderá vagar, dedicar-se a algum assunto inusitado ou ser alvo de brincadeiras dos colegas; 8. seja elogiado sempre que for bem sucedido (MELLO, 2007, p. 30).

8 CONCLUSÃO

Primeiramente é importante ressaltar que a realização desta pesquisa não é apenas para obtenção dos presentes dados, e sim, como o princípio de um breve estudo com o intuito de compreender e auxiliar a inclusão de autistas em escolas regulares.

Após tudo que foi observado e analisado, conclui-se que uma escola regular inclusiva é de fundamental importância para o desenvolvimento de crianças com Necessidades Educacionais Especiais – NEE e que o Atendimento Educacional Especializado – AEE auxilia para esse desenvolvimento e permanência nestas instituições.

Outro ponto favorável para o desenvolvimento do aluno é incluí-lo em toda e qualquer atividade que seja realizada, ou seja, atividades em grupo junto aos colegas de classe, atividades culturais, brincadeiras, etc.

Não se pode deixar de mencionar, mais uma vez, a importância da família como suporte para o crescimento e estímulos da criança. É na família que se aprendem os princípios básicos da vida, ela é a responsável em formar e educar a criança transmitindo os principais valores morais. Em um trabalho conjunto com a escola, a família também é um dos principais agentes socializadores e eficaz para o desenvolvimento cognitivo, social e comunicativo. Assim, pode-se afirmar que a aceitação e o acompanhamento da família junto a escola promovem o desenvolvimento da criança autista em suas principais limitações: desenvolvimento cognitivo, social e comunicativo. Tornando-as independentes e autônomas em seu âmbito social.

Após as reflexões feitas sobre o tema, conclui-se que as práticas inclusivas que podem favorecer a permanência e a aprendizagem da criança autista em seus diferentes graus de comprometimento nas escolas regulares são: Aceitação e apoio familiar; Acompanhamento individualizado; A convivência com crianças de idade semelhante no ensino regular;

Atendimento Educacional Especializado; Inclusão nas atividades desenvolvidas junto aos demais colegas de classe; Promoção da autonomia e independência.

Com esse convívio também foi possível observar que, o processo de inclusão necessita esclarecer e capacitar os professores e demais funcionários da escola para criar estratégias educativas que possibilitem além da integração, a inclusão destes alunos em escolas regulares, efetivando assim à educação como direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, como garante a Constituição Federal de 1988, que dispõe em seu Art. 205 que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, que esta terá a colaboração da sociedade, ao visar o pleno desenvolvimento da pessoa, e o seu preparo para o exercício da cidadania.

São vários documentos, leis, portarias, decretos que defendem a inclusão de deficientes em escolas regulares, mas vale lembrar que estas no papel não surtem efeito. A inclusão nas escolas regulares só acontecerá, quando a lei passar a vigorar dentro destas, ou seja, deixando de ser somente uma teoria e efetivando-se na prática.

Diante dessas práticas inclusivas, o trabalho de inclusão de criança autista independente do nível/grau de profundidade, pode e deve ser realizado em escolas regulares. Estas, por sua vez, devem estar preparadas para atender a esse público que cada vez mais chega à escola regular. Qualquer escola regular pode matricular um aluno com deficiência, mas se ela (a escola) não estiver preparada para modificações (estrutura física, mudança de planejamento) e formação especializada (todos os profissionais), não conseguirá suprir as principais necessidades deste aluno.

REFERENCIAS

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS AUTISTAS (AMA). Disponível em: www.ama.org.br Acessado em 04 de abril de 2013.

BARROS. L. **Autismo: é possível trabalhar com crianças autistas com êxito.** 2012.

BRASIL/MJ/CORDE. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, 1994.

BRASIL. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. **Cartilha Direitos das Pessoas com Autismo.** São Paulo, 2011.

_____. **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO** – Educação especial, 1994.

_____. **Decreto Nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D3298.htm>. Acesso em 19 de junho de 2013.

_____. **Decreto Nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto3956.pdf>. Acesso em 21 de junho de 2013.

_____. **Lei Nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em 15 de junho de 2010.

CUNHA, Eugênio. Autismo e inclusão: psicopedagogia, práticas educativas na escola e na família / Eugênio Cunha. – 4ª edição – Rio de Janeiro: Wak Ed., 2012.

GAUDERER, E. Christian. **Autismo**. [S.I]: Atheneu, 1993.

Gillberg, C. **A Guide to Asperger Syndrome**. Cambridge University Press. 1991.

MELLO, A. M. S. R. de. **Autismo**: guia prático. 5 ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007. 104 p.: il.

SERRA, D. Inclusão e Ambiente Escolar. In: **Inclusão e Educação** – culturas e práticas.

SANTOS, M. P. dos. PAULINO, M. M. (orgs). São Paulo: Cortes, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins fontes, 1996.

YIN, R. K. **Estudo de Caso - Planejamento e Métodos** - 4ª Ed. Porto Alegre: Bookman. 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE 1- FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

- 1) Nome do Aluno: _____ .
- 2) Data de nascimento: ___/___/_____. Idade: _____ anos.
- 3) Nome do pai: _____ .
- 4) Profissão do pai: _____ .
- 5) Nome da mãe: _____ .
- 6) Profissão da mãe: _____ .
- 7) Diagnóstico do aluno: _____. O diagnóstico foi dado quando ela estava com que idade? _____ .
- 8) Série atual: _____ .
- 9) Período que frequenta a escola: _____ .
- 10) Há quantos anos frequenta a escola? _____ .
- 11) Frequenta concomitantemente:
- () escola especial
 - () sala de recurso
 - () terapeuta particular
 - () outros. Qual (is)? _____ .
- 12) Possui irmãos:
- () Não
 - () Sim. Quantos? _____ .
- 13) Endereço: _____ .
- Bairro: _____ . Município: _____ .
- Cep: _____ .

Assinatura do responsável: _____ .

Aracaju, ____ de _____ de 2013.

APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO PARA A MÃE

Por questões de pesquisa, os dados aqui coletados serão divulgados única e exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, sendo resguardado o direito de sigilo à identidade pessoal.

Sobre a Criança

- 1) Com quantos anos engravidou? E como foi a gestação? Descreva por favor.
- 2) Enquanto bebê foi percebido algum comportamento ou manifestação diferenciada apresentada pela criança? Descreva.
- 3) Com quantos anos começou a andar? E a falar? O que falou primeiro? Exemplifique.
- 4) Com relação à mudança de rotina, qual a alteração no comportamento? Descreva.
- 5) Com quantos anos entrou à escola? Qual foi a reação apresentada por ele ao chegar a um local desconhecido? E a sua enquanto mãe?

Sobre o Diagnóstico

- 1) Quando percebeu a necessidade de procurar auxílio médico para obter um diagnóstico?
- 2) Após o diagnóstico, quais os procedimentos utilizados em relação à escola e ao atendimento especializado?
- 3) Com relação aos movimentos repetitivos (estereotípias), qual (is) foi (foram) apresentado (s) inicialmente?
- 4) Quais os outros profissionais atuantes (ou que atuaram) ativamente no desenvolvimento da criança.

Sobre a Escola

- 1) Como soube que a escola era inclusiva?
- 2) Quando chegou à escola já estava diagnosticado? Qual era o diagnóstico?
- 3) Descreva por favor, como foi os primeiros anos antes de ir à escola.
- 4) Como foi a adaptação no primeiro ano escolar? Descreva.
- 5) Quando percebeu a evolução escolar?
- 6) Suas expectativas referentes ao desenvolvimento escolar de seu filho foram atendidas nessa instituição de ensino regular?
- 7) O que é pra você uma escola inclusiva?

Sobre o Diagnóstico

- 1) Quais os principais Avanços percebidos por você durante o (s) acompanhamento (s) recebido por seu filho referente à: comunicação e interação social?
- 2) Para você, qual a importância da inclusão de crianças portadoras de algum tipo de deficiência, síndrome, em escolas regulares?
- 3) E a importância do AEE (Atendimento Educacional Especializado)?

Agradecemos a colaboração!

APÊNDICE 3 - QUESTIONÁRIO PARA PROFa. DE POLIVALENTE

Por questões de pesquisa, os dados aqui coletados serão divulgados única e exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, sendo resguardado o direito de sigilo à identidade pessoal.

- 1) Em sua experiência docente, já trabalhou com algum aluno portador de alguma necessidade especial? Em caso afirmativo favor fazer um relato.
- 2) Qual (is) o (s) tipo (s) de atividade (s) desenvolvida (s) em sua aula como (a) aluno (a), objeto desta pesquisa?
- 3) E qual (is) é (são) o comportamento/recepção/execução das atividades por parte do referido aluno?
- 4) Como é a interação e a socialização do (a) aluno (a) com você e os outros colegas de classe?
- 5) Em seu ponto de vista, qual a importância da inclusão escolar?

Agradecemos a colaboração!

APÊNDICE 4 - QUESTIONÁRIO PARA A COORDENADORA PEDAGÓGICA

Por questões de pesquisa, os dados aqui coletados serão divulgados única e exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, sendo resguardado o direito de sigilo à identidade pessoal.

- 1) Junto aos profissionais da sala de aula, como chegaram à conclusão de que a criança apresentava um comportamento diferenciado?
- 2) Quais as primeiras medidas tomadas?
- 3) Como falar aos pais sobre o observado?
- 4) Diante do diagnóstico, como buscaram desenvolver a inclusão e o desenvolvimento da criança?
- 5) Como a escola se tornou inclusiva?

Agradecemos a colaboração!

ANEXOS

ANEXO I – IMAGENS DA PARTICIPAÇÃO DO ALUNO EM ALGUNS EVENTOS DA ESCOLA

As fotos a seguir foram de eventos em que a criança se sentiu a vontade em participar no ano de 2013, onde cursou o 1º ano do Ensino Fundamental Menor.

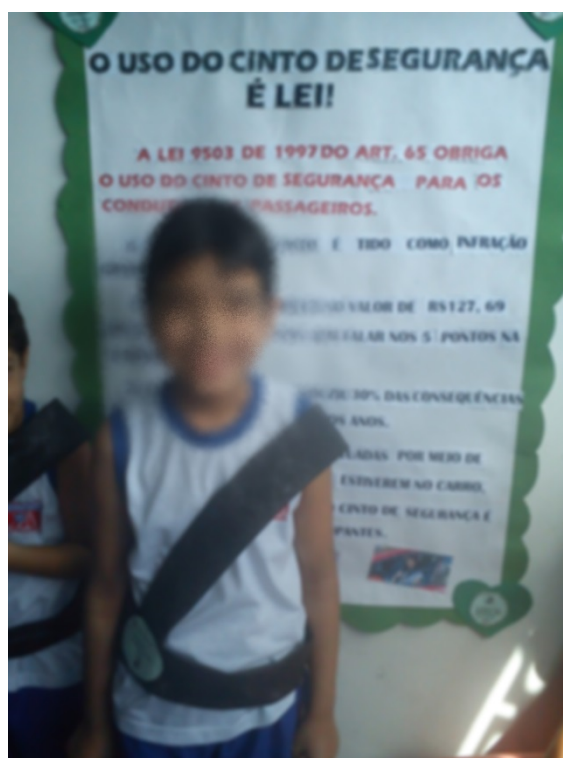


Figura 1 - Mostra de Ciências



Figura 2 - Jogos Internos